

ESTUDAR PARA QUÊ? O PRINCÍPIO EDUCATIVO DO TRABALHO EM DERMEVAL SAVIANI NA LEI Nº 13.415/2017

Camila Devitte Fontes¹; Leonardo Guedes Henn²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo discutir a Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio. Parte-se da definição do princípio educativo do trabalho, desenvolvida por Dermeval Saviani para questionar a reforma. A partir do estudo de uma revisão bibliográfica sobre a temática da Politécnica, teorizada por Dermeval Saviani, o artigo propõe uma metodologia qualitativa para compreender como o Novo Ensino Médio, a partir da lei nº 13.415/2017, impactará a educação brasileira. Concluiu-se, portanto, que a Reforma do Ensino impactará a educação negativamente, além de gerar uma maior precarização no trabalho docente.

Palavras-chave: Reforma do ensino médio; Educação; Precarização.

Eixo Temático: Educação, cultura e comunicação.

1. INTRODUÇÃO

É imprescindível, ao estudar a vida humana, falar sobre o processo educativo. Com a capacidade teleológica, modificamos a natureza para a sobrevivência humana. Assim, construímos conhecimentos que passamos para as próximas gerações, gerando um processo educativo. Nascermos e crescemos com uma referência específica de educação. Porém, ainda que a noção de ser educado nos pareça natural, não o é, sendo necessário compreender o seu processo histórico e a sua formação até o século XXI.

“A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem.” (SAVIANI, 2007, p. 154). E ainda, nas palavras de Saviani (2007, p. 154) “Conforme se modifica o modo de produção da existência humana, portanto o modo como ele trabalha, produz-se a modificação das formas pelas quais os homens existem”. Saviani (2007) faz um balanço da prática de

¹ Acadêmica de Licenciatura em História na Universidade Franciscana. Camila.fontes@ufn.edu.br

² Professor orientador vinculado à Universidade Franciscana. Lghenn@ufn.edu.br

ensinar e pontua que, nas comunidades primitivas, em que não existia a divisão em classes e que a apropriação da terra era realizada de modo coletivo, existia uma relação de identidade entre o trabalho e a educação. Pois:

Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. (SAVIANI, 2007, p.154).

Como demonstra Saviani (2007), ocorre uma cisão entre o trabalho e a educação no modo de produção escravista, separando o trabalho e uma educação intelectual de uma outra, que se constitui puramente em força braçal. Essa separação se relaciona com o surgimento de uma aristocracia que detém a propriedade privada e dos escravos que possuem apenas a sua força de trabalho. Ou seja, surge uma educação para homens livres e proprietários centrada “nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar e surge uma segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho” (SAVIANI, 2007, p. 155).

Se na Idade Média, temos a marca presente da Igreja católica, será no modo de produção capitalista que teremos o protagonismo do Estado, forjando “a ideia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, cujas tentativas de realização passarão pelas mais diversas vicissitudes.” (SAVIANI, 2007, p. 156). É importante destacar que a educação formal, ainda que se declarem universais, operam de alguma forma que ainda seja oportuno falar na distinção entre trabalho intelectual e braçal. Para Saviani (2007), a Revolução Industrial reduziu a necessidade de qualificação, pois a maquinaria realiza as funções manuais. Ou seja, “os ingredientes intelectuais antes indissociáveis do trabalho manual humano, como ocorria no artesanato, dele destacam-se, indo incorporar-se às máquinas.” (SAVIANI, 2007, p. 158).

Mas a contradição do capitalismo atravessa também a questão relativa ao conhecimento: se essa sociedade é baseada na propriedade privada dos meios de produção, e se a Ciência, se o conhecimento é um meio de produção, uma força produtiva, ela deveria ser propriedade privada da classe dominante. No entanto, os trabalhadores não podem ser expropriados de forma absoluta dos conhecimentos, porque sem conhecimentos eles não podem também produzir e, por consequência, se eles não trabalham, não acrescentam valor ao capital. Desse modo a sociedade capitalista desenvolveu mecanismos através dos quais ela procura expropriar o conhecimento dos trabalhadores e sistematizar, elaborar esses conhecimentos, e os devolver na forma parcelada. (SAVIANI, 1989, p. 13)

Para Saviani (2007), as profissões manuais foram apartadas da formação intelectual e restringidas à execução de tarefas delimitadas. Assim, a escola distanciou-se da produção, ganhando status de intelectualizada, “para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade.” (SAVIANI, 2007, p. 159). Em contrapartida, surgem os cursos profissionalizantes, ligados à produção e sem domínio teórico. Esse movimento de separação entre trabalho e educação vem sofrendo renovações a fim de manter a sua própria lógica. Nesse sentido, o objetivo desse estudo é, portanto, apresentar como a Reforma do Ensino Médio, a partir da Lei nº 13.415/2017, além de proporcionar uma maior precarização na prática docente, irá resultar em um explícito prejuízo para os estudantes de escolas públicas, aprofundando a separação entre trabalho e educação na sociedade.

2. METODOLOGIA

A partir do estudo de uma revisão bibliográfica sobre a temática da Politecnia, teorizada por Dermeval Saviani, o artigo propõe uma metodologia qualitativa para compreender como o Novo Ensino Médio, a partir da lei nº 13.415/2017, impactará a educação brasileira.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Saviani, na obra “Sobre a Concepção de Politecnia” e no artigo “Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos”, demonstra o funcionamento das escolas a partir da lógica do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Para o autor

(2007), a base em que se assenta a estrutura do Ensino Fundamental é o princípio educativo do trabalho. Ou seja, para participar da sociedade temos uma exigência de um acervo mínimo de conhecimentos, os quais sem eles, tu não pode ser cidadã(o). Portanto, para o autor, nessa fase, aprendemos aquilo que está incorporado na sociedade atual. No Ensino Fundamental, portanto, aprendemos a dominar a linguagem escrita, a matemática, a relação entre seres humanos, instituições criadas e as regras de convivência.

Vê-se, portanto, que o princípio que orienta, que fundamenta este processo é o trabalho. No primeiro grau o trabalho aparece de forma implícita. **O que quero dizer com “forma implícita”?** Quero dizer que, nesse nível, o trabalho orienta e determina o caráter do currículo escolar, em função da incorporação dessas exigências na vida da sociedade. Nesse sentido, a escola elementar não necessita estar fazendo referência direta ao processo de trabalho, porque ela se constitui basicamente como um mecanismo, um instrumento, através do qual os membros da sociedade se apropriam daqueles elementos que são também instrumentais para a sua inserção efetiva na própria sociedade. (SAVIANI, 1989, p.12).

“No ensino médio já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade (SAVIANI, 2007, p. 160). Para Saviani, trata-se de explicar como o conhecimento, “como a ciência, se converte em potência material no processo de produção. (SAVIANI, 2007, p.160). Para tanto, Saviani (2007) defende que o domínio não deve ser apenas teórico, mas também prático, articulado ao processo produtivo. Essa articulação é denominada pelo autor de Politecnia, concepção que se opõe a um Ensino Médio profissionalizante, tendência cada vez mais atual e que está explícita na Lei nº 13.415/2017.

Para Dermeval Saviani (1989), a Politecnia funciona como uma escola média de formação geral, que independe do tipo de ocupação que cada ser humano venha exercer na sociedade. Ao contrário disso, Saviani (1989) expõe que hoje opera uma tendência para a profissionalização aos moldes de um adestramento. O ser humano é adestrado a uma determinada habilidade, sem o conhecimento dos fundamentos teóricos com o conjunto do processo produtivo. Nesse sentido, Saviani (1989)

complementa que o Taylorismo possui um papel determinante, pois com o estudo do tempo e do movimento, detectou-se as tarefas que cada trabalhadora (o) tinha que desenvolver.

Uma vez isso sistematizado, é devolvido na forma parcelada, e o conhecimento relativo ao conjunto passa a ser propriedade privada dos donos dos meios de produção, ou dos seus representantes, aqueles trabalhadores intelectuais que representam os donos dos processos produtivos. Eles têm o domínio da concepção do processo e a compreensão do conjunto, ficando os trabalhadores limitados àquela parcela que eles devem desenvolver no trabalho produtivo. O trabalhador domina algum tipo de conhecimento, mas apenas aquele conhecimento parcelado. (SAVIANI, 1989, p. 14)

Exposto isso, a Reforma do Novo Ensino Médio está dentro da concepção capitalista e profissionalizante, que possui como pressuposto a própria fragmentação do trabalho em especialidades autônomas. Como veremos, a Reforma do Ensino Médio não propicia uma divisão do trabalho consciente, pois a (o) estudante não adquire um conhecimento totalizante, mas recebe uma educação parcelada. Sendo assim, temos trabalhadoras (es) adestrados para uma habilidade específica e que desenvolvem um trabalho específico, ignorando um desenvolvimento multilateral e uma educação que corresponda aos fundamentos básicos do nosso modo de produção.

3.1 LEI Nº 13.415/2017

Nessa seção do artigo, propõe-se percorrer sobre as informações do Portal do Ministério da Educação sobre o Novo Ensino Médio e no site do Planalto. No primeiro site, foi divulgado as dúvidas recorrentes sobre a reforma. Vejamos os elementos centrais para entender a proposta:

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000

horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade à todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade. (BRASIL, 2018, p. 1)

Percebe-se o destaque para a “flexibilidade” e a propaganda de “oportunidades de escolhas” que visam contemplar a Base Nacional Comum Curricular. A BNCC é “um conjunto de orientações que deverá nortear a (re)elaboração dos currículos das escolas das redes públicas e privadas de ensino de todo o Brasil.” (BRASIL, 2018, p.1). Assim, a defesa por parte do governo é assegurar uma educação elevada, baseada em competências. Além disso, existirá os “itinerários formativos”, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. Vejamos, agora, o que são os “Itinerários Formativos”:

Os itinerários formativos podem se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. As redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar. (BRASIL, 2018, p.1).

Exposto isso, vamos destacar alguns artigos que constam na Lei nº 13.415/2017. O art. 4º expõe que o “art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações.” (BRASIL, 2018, p.1). Observemos, portanto, algumas dessas modificações. Conforme dispõe o art. 36, com a redação dada pela Lei 13.415 (BRASIL, 2017), o currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de

ensino. Sendo assim, no mesmo artigo, §1º, a organização das áreas³ e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino. E ainda, no § 3º da Lei 13.415, aponta que:

A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e dos itinerários formativos, considerando os incisos I a V do caput. (BRASIL, 2017, p. 1)

A respeito da formação profissional e técnica, o Portal do Ministério da Educação explica que “será mais uma alternativa para o aluno.” (BRASIL, 2018, p.1). Segundo o material publicado, o Novo Ensino Médio permitirá que o jovem opte por uma formação profissional e técnica dentro do ensino médio regular. Nesse sentido, a proposta é que ao final do ensino médio, os discentes recebam um certificado “no ensino médio e no curso técnico ou nos cursos profissionalizantes que escolheu.” (BRASIL, 2018, p.1). No site do Ministério da Educação, existe uma seção para abordar os benefícios para as (os) estudantes com a nova organização curricular.

O Novo Ensino Médio pretende atender às necessidades e às expectativas dos jovens, fortalecendo o protagonismo juvenil na medida em que possibilita aos estudantes escolher o itinerário formativo no qual desejam aprofundar seus conhecimentos. Um currículo que contemple uma formação geral, orientada pela BNCC, e também itinerários formativos que possibilitem aos estudantes aprofundar seus estudos na(s) área(s) de conhecimento com a(s) qual(is) se identificam ou, ainda, em curso(s) ou habilitações de formação técnica e profissional, contribuirá para maior interesse dos jovens em acessar a escola e, conseqüentemente, para sua permanência e melhoria dos resultados da aprendizagem. (BRASIL, 2018, p.1).

³ A saber: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV- ciências humanas e sociais aplicadas e V – formação técnica e profissional.

Além disso, o material do Ministério da Educação, aponta que os profissionais com notório saber poderão atuar como docentes no itinerário de formação profissional e técnica. Na lei de Diretrizes e Bases da Educação (Art. 61, IV) permite a atuação dos profissionais com notório saber exclusivamente para atender a formação técnica e profissional. Sendo assim, “estes profissionais deverão ser reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional.” (BRASIL, 2018, p. 1).

3.2 UM BENEFÍCIO PARA O CAPITAL

Analisemos, agora, como essas modificações corroboram para a precarização da educação nas escolas brasileiras; ratificando a separação entre trabalho braçal e intelectual e proporcionando para as (os) jovens da classe trabalhadora uma educação adestrada que beneficia o capital. A defesa de uma educação “flexível”, atrativa e com uma ampla oportunidade de escolhas para as e os jovens da educação básica pode ser rapidamente refutada ao analisarmos a realidade. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente quatro em cada dez jovens que não concluíram o Ensino Médio apontaram como principal razão a necessidade de trabalhar (AGÊNCIA BRASIL, 2020). O levantamento realizado em 2019, aponta que:

De acordo com o levantamento, quando perguntados sobre o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado a escola, esses jovens apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário, resposta dada por 39,1% dos entrevistados. Considerando apenas os homens, essa foi a resposta dada por 50% deles. Já entre as mulheres, o percentual cai para 23,8%. Para as mulheres, o principal motivo, alegado por 24,1% é não ter interesse em estudar – entre os homens esse percentual é 33%. Em seguida, para as mulheres, está a gravidez, de acordo com 23,8%. Precisar cuidar de pessoas ou dos afazeres domésticos é alegado como motivo para 11,5% das mulheres deixarem os estudos. Entre os homens, esse é o motivo para 0,7%. Além disso, no total, 3,2% de jovens em todo o país dizem que não havia escola, vaga ou turno desejado na localidade onde vivem. Outros 3,7% deixaram os estudos por problemas de saúde permanentes. (AGÊNCIA BRASIL, 2020, p.1)

Sendo assim, se em quatro a cada dez jovens precisam evadir da escola, por causa da necessidade de trabalhar, podemos, portanto, identificar que o problema não está na escola em si, mas na própria estrutura da sociedade que dificulta a permanência das (os) jovens na escola. Com a Reforma do Ensino Médio, teremos um afastamento do trabalho intelectual da classe proletária, pois esta estará focada em cursos profissionalizantes que amparem esses jovens no mundo do trabalho. Dessa forma, são as e os jovens das famílias trabalhadoras brasileiras, que em sua maioria, frequentam o ensino público do país, que serão as e os maiores prejudicados no processo de implementação do Novo Ensino Médio, a partir do ano de 2022.

Além disso, um levantamento, realizado em novembro de 2003 em 218 municípios de 19 estados, identifica que a falta de transporte escolar é um dos motivos para a evasão escolar. Segundo a pesquisa, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC):

(...) 23 mil estudantes podem estar fora da sala de aula por falta de transporte. Os da Região Nordeste são os que mais sofrem com a situação - 55,34% dos que não frequentam o colégio por não terem transporte estão naquela região. No Sudeste, o índice é de 1,02%. No Sul, de 7,54%. (BRASIL, 2022).

A escola não é desinteressante porque os conteúdos são ruins, mas porque as (os) jovens não possuem condições para manter os estudos. Assim, a opção são cursos para o trabalho que, a partir de competências e habilidades, introduzem valores da hegemonia. A “educação elevada” para trabalhadoras (es) é uma educação fragmentada e desvinculada do trabalho intelectual.

No Novo Ensino Médio, teremos os “itinerários formativos”, com o foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica. A proposta não articula teoria e prática dentro do processo produtivo. Nesse sentido, as (os) discentes deverão optar por um itinerário formativo com foco em conhecimento teórico ou dentro da prática profissional. Ainda que a (o) aluno possa escolher ambos, na prática é inviável para a (o) jovem trabalhador. Se a maioria das (os) jovens encontram-se em situação de

precisar privilegiar o mundo do trabalho, pois sua vida está precarizada, facilmente irão optar por um ensino técnico que atenda suas necessidades.

Além disso, com a lei nº 13.415/2017 cada escola pode ofertar no mínimo dois itinerários formativos. É importante questionar como todas (os) os discentes serão contemplados com itinerários formativos, que corresponda os anseios dos estudantes, se a escola tem permissão para ofertar apenas dois itinerários? Algumas questões: se a escola possui infraestrutura para ofertar diversos itinerários formativos e, ainda, se possuímos o número suficiente de concursados para atender as novas demandas, pois caso contrário, será possível que a escola apenas não ofereça disciplinas.

Castro e Marques (2022) apontam que a Reforma foi aprovada a toque de caixa, mesmo contra a vontade de estudantes e trabalhadoras (es) no movimento que ficou conhecido como “Ocupação 2016”. Assim, os autores (2022) pontuam que a reforma é “vendida” a partir da falácia de que estudantes poderão escolher aquilo que estudarão.

A Reforma do Ensino Médio simplesmente pega o currículo das escolas públicas e faz uma redução BRUTAL da carga horária das disciplinas, exceto Matemática e Língua Portuguesa (Filosofia, Biologia, Química, Educação Física etc.), a fim de que a carga horária “gerada” a partir dessa redução possa ser utilizada pelo(a) estudante para “escolher o que estudará”. (CASTRO e MARQUES; 2020, p. 1).

Nesse sentido, além dessa redução de carga horária, ainda “retira a obrigatoriedade de, mesmo com essa carga horária reduzida, o/a estudante ter aula da disciplina específica, para que tenha aula de competências dessas áreas.” (CASTRO e MARQUES, 2020, p.1). O Novo Ensino Médio, proporcionará o maior afastamento entre o trabalho intelectual e o trabalho braçal. Ou seja, conforme demonstrou Saviani (2007), existe distintas educações para diferentes classes sociais. Assim, mesmo quando existe o protagonismo do Estado pode-se observar

que a divisão entre trabalho e educação permanece, configurando-se uma característica da sociedade de classes.

4. CONCLUSÃO

Esse trabalho buscou discutir a lei nº 13.415/2017, orientado pelo objetivo de enfocar as nuances na Reforma do Ensino Médio. A reforma que começou a ser implementada no ano de 2022, impactará negativamente a educação pública brasileira. Subsidiados pelo pensamento do Saviani, pode-se observar que a Reforma do Ensino Médio não colabora para o desenvolvimento humano, visto que incentiva a profissionalização, adestrando as potencialidades da e do jovem.

Nesse sentido, observa-se que o objetivo do Ensino Médio é, além de adestrar as capacidades humanas, incentivar valores burgueses como a meritocracia e empreendedorismo, principalmente nas disciplinas voltadas para “projetos de vida.” A escola afastará mais o trabalho intelectual do manual, destinando o primeiro para as crianças da classe burguesa, e o segundo para as filhas (os) da classe trabalhadora.

Nota-se que a intenção é afastar a classe trabalhadora dos conteúdos produzidos pela humanidade e oferecer uma educação parcelada que dê conta de uma mão de obra qualificada e geradora de lucro. Portanto, verifica-se que existe uma tendência em afastar o trabalho braçal do intelectual, pois a educação não incentiva um conhecimento totalizante. O Novo Ensino Médio formará discentes com uma educação parcelada, promovendo uma divisão social do trabalho alienada.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio - perguntas e respostas**. Brasília, MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso: 01 abril 2022.

CASTRO, Matheus Rufino; MARQUES, Gabriel Rodrigues Daumas. **Reforma do Ensino Médio** - Parte 1/3:desmistificando a falácia do direito à escolha. [S.l]: Unidade Classista, 2022.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 01 abril 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Campinas: Revista Brasileira de Educação, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a Concepção de Politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

Necessidade de trabalhar é principal motivo para abandonar escola. **AgênciaBrasil**, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/necessidade-de-trabalhar-e-principal-motivo-para-abandonar-escola>. Acesso em: 20 julho 2022.

Falta de transporte dificulta acesso à escola. **Ministério da Educação**, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/201-266094987/2567-sp-787759183#:~:text=Segundo%20a%20pesquisa%2C%2023%20mil,%2C%20de%207%2C54%25>. Acesso em: 20 julho 2022.